



Trabalho voluntário (não remunerado)

Índice

1. Contexto	2
2. Definição.....	2
3. Cálculo dos montantes a declarar	2
4. Pista de auditoria	4

1. Contexto

A elegibilidade do trabalho voluntário (não remunerado) no âmbito do Programa Sudoe baseia-se nas disposições do artigo 67.º, alínea e), e do artigo 53.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (UE) 2021/1060 (RDC).

Nos termos do n.º 2 do artigo 37.º do Regulamento (UE) 2021/1059 (Interreg), o Programa pode prever despesas noutras categorias para além das previstas no Regulamento RDC.

Por conseguinte, o Programa Sudoe determinou a criação de uma categoria adicional de despesas, "Trabalho voluntário (não remunerado)".

ATENÇÃO: Esta categoria de despesas apenas diz respeito aos beneficiários que participam num projeto integrado nos objetivos específicos (OE) 4.1 e 4.5, bem como no OE 2.4 no âmbito da 4ª Convocatória (projetos estruturantes).

2. Definição

Trata-se da valorização do tempo de trabalho não remunerado, ou seja, pelo qual não foi efetuado qualquer pagamento documentado.




De acordo com a alínea e) do artigo 67.º do RDC, a valorização do trabalho não remunerado pode ser elegível se o valor atribuído estiver relacionado com o tempo de trabalho verificado e em conformidade com o de um trabalho remunerado equivalente.

3. Cálculo dos montantes a declarar

O trabalho voluntário (não remunerado) só pode ser valorizado pelos beneficiários que participam num projeto inscrito nos OE 4.1 e 4.5, bem como no OE 2.4 no âmbito da 4ª Convocatória.

A categoria de trabalho voluntário (não remunerado) será considerada vinculativa.

Para a sua valorização no âmbito do Programa Sudoe, e de um ponto de vista prático, devem ser respeitados os seguintes requisitos:

-  O trabalho não remunerado deve ser previsto e devidamente indicado no formulário de candidatura consolidado, nomeadamente na justificação do plano financeiro,
-  O valor do trabalho não remunerado será determinado com base no salário mínimo bruto do Estado em que o beneficiário se encontra,
-  Será possível valorizar o trabalho não remunerado até uma, duas ou três vezes o montante do salário mínimo do Estado em causa, em função das tarefas exercidas pela pessoa afeta. Estes valores serão os únicos aceitáveis no âmbito do Programa, e estabelecerão um máximo para cada escalão. Em função das tarefas exercidas, o pessoal será classificado da seguinte forma:
 - Assistente administrativo ou técnico,
 - Executivo ou técnico superior,
 - Diretor.

Consequentemente, os três níveis salariais para o trabalho não remunerado são os seguintes:

Estado	Espanha	França	Portugal
Nível 1: Assistente administrativo ou técnico: uma vez o salário mínimo bruto (€)	1.323 €	1.798 €	820 €
Nível 2: Executivo ou técnico superior: duas vezes o salário mínimo bruto (€)	2.646 €	3.596 €	1.640 €
Nível 3: Diretor: três vezes o salário mínimo bruto (€)	3.969 €	5.394 €	2.460 €

Estes valores serão aplicados às despesas incorridas a partir de 2024, e serão válidos até à próxima atualização aprovada pelo Comité de Acompanhamento.

Uma vez estabelecido o nível, são possíveis duas formas de calcular os montantes a declarar:

1. Modalidade 1: de acordo com a % de afetação da pessoa (tal como para as pessoas afetadas em regime normal, pessoal próprio ou pessoal colocado à disposição);
2. Modalidade 2: por custo horário calculado. Nesta modalidade, o eSudoe calcula automaticamente o custo horário da seguinte forma:

- (nível * 12) / 1720 horas.

Este custo horário será multiplicado pelo número de horas de trabalho declaradas, calculando assim o montante a declarar.

Os elementos incluídos na Justificação do Plano Financeiro relativos a esta categoria de despesas serão objeto de um acompanhamento pormenorizado durante a fase de consolidação pelos Órgãos de Gestão do Programa. Nesta fase, serão esclarecidos aspetos como a natureza da tarefa a ser realizada ou a modalidade mais adequada para valorizá-la no momento da declaração de despesas.






A categoria de despesas de trabalho voluntário (não remunerado) não se beneficiará da flexibilidade do Plano Financeiro (ver ponto 2.2 na ficha 6). Ou seja, os montantes apresentados no Plano Financeiro nesta categoria constituirão um máximo em termos de despesas declaradas.

ATENÇÃO: Tal como explicado no ponto 2 da ficha 6, o somatório das despesas orçamentadas e posteriormente executadas nas seguintes rubricas não pode exceder o montante do autofinanciamento (montante indicado na coluna g) na secção "plano financeiro / FEDER e contrapartida nacional" de eSudoe).

- Despesas de trabalho voluntário
- Despesas de faturação interna (ponto 4.4 da ficha 8.0.)
- Despesas de pessoal colocado à disposição, modalidade 3 (incluindo as despesas de deslocação associadas, se aplicável (ponto 7 da ficha 8.1).

4. Pista de auditoria

Os documentos comprovativos a fornecer para a imputação das despesas relativas a este tipo de despesas são os seguintes:

-  Se aplicável, Acordo assinado entre a entidade e o trabalhador voluntário, especificando o objetivo do trabalho a realizar;
-  Um documento que determina a natureza do serviço prestado e o nível de remuneração de referência a utilizar: 1, 2 ou 3, consoante o tipo de serviço prestado;
-  Certificado de afetação do pessoal preenchido em eSudoe,
-  Informação comprovativa que demonstre a percentagem de afetação da pessoa (relatórios de trabalho, documentos produzidos, etc.) ou do número de horas de trabalho (timesheets, etc.),
-  Se aplicável, documentos contabilísticos ou documentos de valor equivalente: extratos das contas anuais da estrutura, especificando o carácter significativo do trabalho voluntário (informações qualitativas e quantitativas anexas ao relatório ou à conta de resultados).